

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO ESCUTISMO NUMA PERSPECTIVA COMPARADA. O DEBATE NO CAMPO PEDAGÓGICO, EM PORTUGAL E NO BRASIL, NOS ANOS 10 E 20 DO SÉC. XX

Ana Clara B. Nery
UNESP / Marília
Joaquim Pintassilgo
Universidade de Lisboa

A partir da segunda década do século XX, já em período republicano, o movimento escutista começa a se difundir, em Portugal e no Brasil, com propósitos muito semelhantes. Esta comunicação, ao tomar como tema o escutismo escolar, pretende apreender as orientações e as características assumidas pela sua prática em ambos os países. A partir de pesquisas desenvolvidas em Portugal e no Brasil, propomos, a seguir, a realização de um ensaio comparativo. O ponto de partida será o estudo de um conjunto de periódicos de educação e ensino, tanto portugueses como brasileiros. A preocupação é a de compreender “o modo como diferentes práticas discursivas se imbricam e se sobrepõem configurando maneiras de pensar e de agir” (e.g. NÓVOA, 2001, p.175), ou seja, captar os sentidos adoptados por essa actividade nas escolas brasileiras e portuguesas, tendo em conta, simultaneamente, a sua proximidade e especificidade.

Procuraremos caracterizar os termos do intenso debate que se desenvolveu, em ambos os contextos, sobre o movimento escutista, designadamente no que se refere às suas finalidades, rituais e práticas educativas, tentando captar a fundamentação dos argumentos favoráveis e contrários ao reconhecimento da sua legitimidade e virtualidades educativas. Daremos uma particular atenção, em ambos os casos, às relações entre o escutismo e os poderes políticos, ao seu eventual carácter militarista e às práticas educativas desenvolvidas tendo

em vista a formação integral dos jovens, comparando-as, neste último caso, com as decorrentes do movimento internacional de renovação pedagógica então em fase de afirmação. Procuraremos compreender o escutismo como parte de um projecto mais vasto, com expressão em ambos os contextos, de formação do cidadão tendo por base a sua regeneração moral e o combate aos “vícios” sociais, projecto esse no qual se harmonizam finalidades tendo em vista, simultaneamente, o auto-governo e a regulação social dos indivíduos.

1. Estratégia nacionalista: o escutismo nas escolas paulistas¹

O primeiro núcleo escuteiro do Brasil foi organizado no Rio de Janeiro em 1910 (e.g. NAGLE, 1976). O Brasil teria sido um dos primeiros países a interessar-se pelo movimento escuteiro e os seus fundamentos foram trazidos por Mário Sérgio Cardim, aluno de Baden-Powell. A primeira vez que se adoptou o “escotismo” - ou “escoteirismo” - numa escola pública foi em 1916, no Distrito Federal, e as actividades eram ministradas por um Capitão do Exército. É, contudo, no Estado de São Paulo que se têm notícias da primeira tentativa de se instituir nas escolas públicas o escutismo, ministrado não por militares, mas por inspectores de ensino. O movimento escuteiro foi iniciado nas escolas em 1917, ocasião em que se abriu um curso para directores e inspectores de grupos escolares e difundiu-se amplamente o “Manual do Escoteiro”, de Baden-Powell. Nesse mesmo ano, Oscar Thompson havia assumido a Directoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. O “Anuário do Ensino”, de

¹ O texto referente ao escutismo escolar em São Paulo tem por base parte da tese de Doutorado de NERY, Ana Clara Bortoleto. A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, sob a orientação da Prof^a Dra. Denice Barbara Catani.

1917, mostra que eram os inspectores que, através de palestras e conferências, faziam a propaganda das linhas de tiro e da Liga de Defesa Nacional.

O escutismo no Brasil possuía um estreito relacionamento com as actividades da Liga de Defesa Nacional (LDN).² Outras entidades com propósitos parecidos surgiram no período, caso da Liga Nacionalista de São Paulo (e.g. LEVI-MOREIRA, 1988) da qual Sampaio Doria foi um dos membros. Os objectivos do escutismo estavam definidos nos estatutos e regulamentos da Associação Brasileira de Escoteiros - criada em São Paulo em 1914 - que eram a eugenia, o civismo, a inteligência e o carácter, ou seja, “uma estreita associação entre educação cívica e nacionalismo que facultou o entusiasmo pelo escutismo e sua implantação em massa na instrução pública paulista” (e.g. SOUZA, 2000, p.110). Em 1924 foi criada, na capital federal, a União Brasileira dos Escoteiros – UEB – que passou a ser a entidade máxima do escutismo no Brasil. Esta entidade era filiada e reconhecida pelo “Boy-Scouts International Bureau”, de Londres, sede do movimento internacional. Tal reconhecimento permitiu a inscrição da delegação brasileira no “Jamboree” (encontro internacional de escuteiros) de 1929. A Igreja Católica não teria ficado alheia a esta questão. Em 1921 foi criada a Associação dos Escoteiros Catholicos do Brasil – AECB – que não terá nenhuma relação com escutismo escolar nas escolas públicas paulistas.

A actividade escuteira será alvo de debates envolvendo educadores, militares e outros interessados no tema, cujo mote central será a militarização ou não da prática. Não há consenso sobre esta questão, que permeia tanto os relatórios

² Fundada em 7 de Setembro de 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, tinha por objectivo geral “congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes”. Entre outros, tinha também por objectivo o combate ao analfabetismo.

dos inspectores escolares como os artigos publicados nos periódicos educacionais. É neste debate que se centra a análise que se segue, a par da discussão em torno do projecto educativo do escutismo e sua aproximação em relação ao movimento renovador educacional.

O Brasil vive, no final da década de 1910, um momento de crise e de emergência de calorosos embates. O final da I Guerra Mundial, o grande número de imigrantes, os problemas decorrentes do processo de urbanização e, sobretudo, o fracasso das apostas republicanas do final do século XIX, desencadearam um processo onde o nacionalismo, a eugenia e a moralização dos costumes serão temas centrais. Para a educação, o alto índice de analfabetismo, associado a questões políticas, será o principal mal a ser atacado. É neste cenário que o escutismo ganhará força nas terras brasileiras.

O escutismo foi oficializado nas escolas públicas paulistas com a Reforma de 1920, tornando-se actividade facultativa. O regulamento da reforma previa que o escutismo fosse adoptado nas escolas públicas, juntamente com as linhas de tiro. Todos os alunos das escolas eram aspirantes a escuteiro e o encargo de administrar as actividades era dos professores de ginástica das escolas normais e complementares. Os relatórios dos inspectores escolares da Directoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, publicados nos Anuários do Ensino, trazem diversas notícias sobre as actividades escuteiras nas escolas paulistas. O de 1923 é o que mais ênfase dá a essa actividade no meio escolar. Guilherme Kuhlmann³, na transcrição de uma entrevista concedida à Revista Nacional, explica:

³ Director Geral da Instrução Pública de São Paulo, entre 1921-1924, tendo substituído Sampaio Doria após sua exoneração.

O escutismo implantou-se de vez nas escolas paulistas e seus frutos têm sido magníficos. Mas fizemos um escutismo nosso, de acordo com o nosso meio, adaptado às nossas condições de vida. Ligamo-lo às tradições da nossa história, dando a cada comissão regional o nome de um bandeirante. Teve assim o Governo de S. Paulo o intuito louvável e muito patriótico de reviver as glórias do nosso passado.⁴

No mesmo Anuário, cada Delegado Regional faz o relatório da sua área, quase todos citam as actividades escuteiras. Num deles o inspector afirma que a actividade colaborava para o “desenvolvimento do espírito de iniciativa, da coragem, da decisão, da disciplina moral e do civismo” e “de acordo com os altos interesses nacionais”.⁵ Transparece um grande entusiasmo nos relatos dos delegados sobre as actividades escuteiras. Não há dúvidas de que o escutismo tivesse provocado um novo ânimo nos alunos das escolas públicas; para comprová-lo basta termos em mente que havia, em 1923, por volta de 100.000 escoteiros escolares. Um outro relatório comenta as acções e posições da Directoria Geral da Instrução Pública em relação ao escutismo nas escolas do Estado, afirmando que o “Decreto 3.531, de 22 de Novembro de 1922, reintegrou o professor em seu verdadeiro lugar, dando-lhe a direcção do escutismo, sociedade em que a ele pertence e que a ela estava sendo usurpada”.⁶

Segundo este relatório parece que cabia aos professores das escolas a orientação do escutismo, apesar da actividade ter sido instituída junto às linhas de tiro, o que poderia caracterizá-la como militarista. Fica claro, ainda, no

⁴ Directoria Geral da Instrução Pública. Anuário do Ensino, 1923, p.29-30.

⁵ “A execução da Reforma”. Anuário do Ensino, 1923, p.93.

⁶ Idem, p.111.

trecho que se segue, o propósito com que se realizavam as actividades escuteiras:

Ao professor paulista, particularmente, o caminho é apontado pelo sopro de vida que anima todos os recantos do Estado pela massa de estrangeiros que colabora connosco e que precisa ser integrada no nosso país; pela população que cresce assombrosamente e cidades que surgem por encanto; pelo exemplo heróico dos nossos antepassados e pela responsabilidade de São Paulo como guia e condutor da vida e do progresso do Brasil.⁷

O escutismo tinha por finalidade nacionalizar a grande massa de estrangeiros que habitavam no Estado de São Paulo, mais do que nacionalizar, a proposta era de regeneração da raça. Em relação às actividades os relatórios informam que os escuteiros desenvolviam exercícios “variados e excursões diversas” e as aulas eram ministradas na escola, no período das actividades de educação cívica e moral, ou fora do horário escolar e, em ambos os casos, por professores entusiastas do escutismo.

No biénio 1921-1923, a presidência da Associação Brasileira de Escoteiros (ABE) era exercida por José Carlos de Macedo Soares e eram membros da directoria Oscar Thompson e Djalma Forjaz, entre outros; ainda faziam parte da Comissão Técnica os professores Guilherme Kulhmann (Director Geral da Instrução Pública) e Sampaio Doria, autor da Reforma que institucionalizou a prática do escutismo nas escolas paulistas. Havia, portanto, um estreito relacionamento entre o Estado e o escutismo, uma vez que na direcção da

⁷ Idem, p.112.

ABE estavam representantes do poder público como Macedo Soares, Oscar Thompson e Guilherme Kulhmann.

Com a Reforma do Ensino de 1925, o “escotismo” não aparece mais como item previsto na legislação. Renato Jardim, em resposta ao Inquérito realizado por Fernando de Azevedo, em 1926, diz que com a nova lei houve a “extinção do escutismo” (e.g. AZEVEDO, 1957, p.63), o que considerava um desacerto. Contudo, é na Revista Escolar⁸, veículo de comunicação da Directoria Geral da Instrução Pública com os professores, que verificamos o maior número de informações sobre o escutismo escolar. Por isso, apesar de na Reforma de 1925 não haver o tema “escotismo” este ainda era uma actividade prevista nas escolas públicas primárias de São Paulo. Basta verificar que já no primeiro número do mensário, publicado em Janeiro de 1925, há um artigo sobre o escutismo em que o autor defende a prática do escutismo nas escolas, com benefícios cívicos e morais, apoiada pelos pais e desenvolvida pelos educadores. O periódico dá-nos noções de como era a prática do escutismo nas escolas, entre 1925 e 1927. O tema aparece em 22 artigos da Revista Escolar, e também há várias músicas cantadas por escuteiros, além de algumas fotografias. Os princípios ainda eram os mesmos do período anterior, como vemos a seguir:

Os professores devem cultivá-lo com carinho e patriotismo, de acordo com os princípios e programas do General Baden-Powell, adaptando-os, porém, tanto quanto possível, às condições da vida nacional.

⁸ Revista Escolar. Directoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. São Paulo, Tipografia do Estado, 1925-1927.

O escutismo é uma escola de regeneração, na decadência a que pode ser levada a sociedade; é a escola do Bandeirante, que reage contra a degeneração da nação.⁹

Por intermédio das várias fotografias que aparecem na revista, observa-se que a prática nas escolas seguia os mesmos padrões do escutismo da Associação Brasileira dos Escoteiros. Participavam somente os alunos do sexo masculino, que faziam acampamentos diversos e vestiam os uniformes oficializados em 1923. Apesar de ser uma actividade reservada ao sexo masculino, no Anuário do Ensino de 1917 consta que, naquela época, já se pensava na organização da Associação Brasileira das Escoteiras, cuja iniciativa estava nas mãos de Maria Guedes Penteado, auxiliada por Miss Crampton. A finalidade educativa do escutismo feminino, apontado nos artigos, era o preparo para o trabalho doméstico.

No segundo número do mensário há um artigo informando que o escutismo praticado nas escolas não estaria tendo “o carácter eminentemente educativo” que deveria ter. Esta passagem indica o descontentamento de algumas pessoas com o facto do escutismo praticado nas escolas estar a cargo de civis e ser independente da ABE. A impressão transmitida é a de que não havia um regulamento que normalizasse a prática do escutismo nas escolas públicas.

No último número da Revista Escolar há um artigo que discute, pela primeira vez, o escutismo feminino, dando a ideia de que era uma prática que já vinha sendo desenvolvida, mas que, no entanto, era pouco aceite pelas meninas. Aponta a finalidade deste considerando que “seria ele uma das condições primeiras no preparo e adestramento da mulher para a missão social que lhe é

⁹ “Escutismo”. Revista Escolar, n.12, Dezembro 1925, p.96.

imposta”.¹⁰ Chamada de “bandeirante”, a escuteira era treinada para ser a perfeita “dona de casa”. Deveria aprender a fazer todo o serviço do lar, pois assim ela casaria mais cedo que as demais e, conseqüentemente, seria mais feliz. O artigo faz toda uma descrição da esposa ideal, cuja formação escuteira seria essencial.

Nos periódicos estudados não há a preocupação em discutir o projecto educativo do escutismo. Todo o debate se centra no militarismo ou não. Contudo, o facto dele ser oficializado pela Reforma de 1920, apontada como a primeira reforma educacional brasileira a trazer princípios renovadores, e de ser um dos temas discutidos na 1ª Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação – ABE – coloca-o no bojo do movimento renovador. Na I Conferência Nacional de Educação, realizada em 1927, foram apresentadas algumas teses sobre o escutismo. Não se tratava naquela ocasião do caso específico de São Paulo, mas da realidade brasileira. Naquele evento o escutismo pertencia ao grupo temático “A Unidade Nacional” pois, segundo os autores dos trabalhos nele apresentados, o movimento estaria incluído na reforma geral dos métodos de ensino da época e teria o propósito de nacionalizar o povo brasileiro. O ponto comum às teses é que seus defensores faziam questão de assinalar o seu respeito pelas características do escutismo. Os autores afirmavam ainda que o escutismo não era uma organização militar e, para isso, lembravam a frase de Baden-Powell que dizia para “desconfiar de um grupo escuteiro que marcha na perfeição”. Outro factor destacado é que um dos princípios do escutismo é a voluntariedade. Dessa forma, a obrigatoriedade “fere o escutismo na sua raiz”,

¹⁰ “Escutismo”. Revista Escolar, n.33, Setembro 1927, p.68.

denotando a falta de compreensão da instituição. O ensino profissional também é abordado por um dos autores, segundo o qual nenhuma indústria se recusaria a receber um grupo de escoteiros, a fim de que estes pudessem aprender a operar alguns instrumentos do processo industrial através da observação, sabendo da “finalidade patriótica que os anima”. Na tese nº 46, “O escutismo e a Unidade Nacional”, os autores começam afirmando que em “todo o movimento que ultimamente se tem manifestado pela reforma dos métodos de educação, constitui umas das mais belas vitórias a fundação do escutismo”. Combatendo o militarismo da actividade, destacam que

O escutismo é um complemento à instrução escolar que tem como fundamento a organização em patrulhas que tem por fim estabelecer o equilíbrio na educação da mocidade aliado à instrução propriamente dita ministrada na escola:

- a) a prática das virtudes cívico-morais (...);
- b) a educação física e desportiva racional, adaptada às condições de cada um (...) e com fim próximo de despertar o amor à natureza (campismo);
- c) a educação da observação, da iniciativa, da habilidade manual, por meio das provas (testes) necessárias para a passagem das diversas classes a que correspondem os distintivos “badges”. (LACOMBE, 1927, pp.276-277)

A revista Educação publica um artigo, na secção “Através das revistas e jornais”, cujo título é “A significação verdadeira de escutismo escolar”.¹¹ Da autoria de Luís Palmeira, o artigo é marcado pelas medidas de regularização

¹¹ Educação. Directoria Geral da Instrução Pública e Sociedade de Educação de São Paulo. São Paulo, 1927-1930.

da actividade escuteira nas escolas municipais de São Paulo. Ataca, de início, todo o discurso que prega a orientação da prática por militares. Defende a continuação do escutismo escolar, mostrando os seus benefícios ao afirmar que:

Do ponto de vista pedagógico o escutismo tem largas afirmações, pelas directrizes de seu sistema, que compreende: desporto completo ao ar livre, exercícios de observação, resolução e iniciativa, inclinada à prática do self-governement e do self-support. É escola em acção. O programa, sem a menor influência teórica, é o que há de mais prático - é útil por excelência. Ao “scout” é dado os elementos principais de higiene e profilaxia; (...).Noções de história natural, geografia, astronomia, física, química, topografia, ainda lhe são fornecidas para o seu enriquecimento intelectual. Para torná-lo numa criatura completa, junta-se a esse acervo de conhecimentos, a aprendizagem de ofícios, como o de carpinteiro, ferreiro, electricista, etc. Como se vê, é integral o ensino escótico.¹²

O autor do artigo, após citar Adolfo Ferrière como um dos entusiastas do movimento escuteiro, que, em seu livro *L'école Active*, se colocou como defensor da actividade, afirmando ser Baden-Powell “le plus illustre représentant de l'École active hors de l'école proprement dite”, finaliza acrescentando que

o escutismo escolar, que ora se organiza entre nós, não só há de reagir contra essa tendência militarista, que por aí afora existe, como há de opor-se a essa outra que, também, lhe desvirtua os fins. É a clericalização que se observa em muitos grupos escóticos. Se a primeira

¹² Educação, v.3, n.3, Junho 1930, p.349.

determina a existência de chauvinistas insuportáveis, a segunda, sem dúvida, a de bestorros intolerantes.

O escotismo, insistimos em dizê-lo, é uma obra de suprema visão educativa, cheia de inteligência, amor e humanidade.¹³

Nessa mesma revista há outros artigos sobre escutismo, mas nenhum deles nos fornece a ideia de como era a prática do escutismo nas escolas públicas paulistas ou dos princípios educativos que a norteiam. O Relatório de Amadeu Mendes, dos anos de 1927-1928, aborda muito pouco o escutismo. Numa secção destinada à Educação Física e Escutismo, diz que no “tocante ao escutismo, deu-lhe o Governo nova directriz, intensificando a propaganda em favor dessa instituição modelar, que é, pode-se dizer, «a escola primária do civismo»”.¹⁴ Informa que o número de escoteiros nas escolas públicas de São Paulo chega, em 1928, a 15.700 (número bem abaixo dos 100.000 apontados em 1923), “número esse que tende a aumentar graças ao interesse que essa instituição vem despertando em toda a parte e graças às medidas tomadas, pelas quais fica o escutismo integrado nos programas das nossas escolas primárias”.¹⁵

A análise deste tema leva-nos à conclusão de que, apesar de todas as administrações terem afirmado a importância do escutismo como actividade complementar na educação dos jovens, a sua prática toma nuances diferenciadas conforme as modificações nos cargos públicos. Assim, o escutismo, instituído na Reforma Sampaio Doria, sofre algumas mudanças com a posse de Guilherme Kuhlmann, com uma leve tendência para a militarização.

¹³ Idem, p.350.

¹⁴ “Educação Física e Escotismo”. In MENDES, A. Relatório, 1927-1928, p.108.

¹⁵ Id., ibid.

Com Pedro Voss na Directoria Geral da Instrução Pública, a militarização do escutismo evidencia-se, descaracterizando a prática conforme foi concebida em suas raízes. Já no período de Amadeu Mendes há uma ligeira tentativa de voltar às raízes do movimento, tomando a prática como um complemento das actividades desenvolvidas na escola. Assim, o escutismo era tido como uma forma de desenvolver habilidades que contribuíssem para o desenvolvimento integral do educando.

2. O escutismo como estratégia para a regeneração moral e física da juventude portuguesa

No que diz respeito a Portugal, o primeiro grupo foi organizado em 1911, no território de Macau, por Álvaro de Melo Machado. Em 1912 foi fundado o primeiro grupo no continente, mais propriamente em Lisboa, por iniciativa de um jovem inglês - Frank Giles -, no âmbito de uma organização religiosa protestante. Nesse mesmo ano foram criados dois grupos em instituições escolares - na Academia de Estudos Livres e no Liceu de Pedro Nunes, neste último caso a partir da inspiração do próprio reitor, António Sá Oliveira. Em 1913, a conjugação dos grupos existentes levou à fundação, também em Lisboa, da Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP).

Esta associação foi, durante o período aqui considerado, a principal de entre as organizações que se reclamavam do escutismo. Teve como seu órgão oficial a publicação periódica *O Escoteiro* (1915-1930). Foi, igualmente, aquela que manteve uma maior proximidade para com o poder político republicano. Em 1917, o Decreto nº 3120-B, para além de a considerar “benemérita e de

beneficência”, reconhece-a oficialmente ao estipular que “para todos os efeitos, legais e oficiais, serão apenas considerados escuteiros aqueles que pertençam à Associação dos Escoteiros de Portugal”.¹⁶ Em 1923 o Director Geral da Instrução Primária e Normal, João de Barros, “determina que os professores, para efeitos do Escutismo, se entendam com a A. E. de Portugal”.¹⁷ Era, além disso, em 1925, segundo o Decreto 11.199, a “única associação portuguesa de escuteiros filiada na Repartição Internacional de Escutismo”.¹⁸ Daí decorria o facto de serem membros seus a representar Portugal nos encontros internacionais de escuteiros, conhecidos por “jamboree”, cujo primeiro decorreu em 1920 em Londres. Não obstante essa proximidade, a AEP reclamava, permanentemente, a sua neutralidade tanto política como religiosa. É esta associação que tomaremos, igualmente, como objecto principal desta parte do presente estudo, até porque é nela que se situam os diversos educadores portugueses que, como Álvaro Viana de Lemos, João de Barros, Sá Oliveira ou Cardoso Gonçalves, se tornam defensores da causa escutista.

A União dos Adueros de Portugal (UAP) foi fundada em 1914 pelo oficial do exército Artur Barros Basto, tendo sido reconhecida pelo Estado em 1919, decisão essa que pôs termo à exclusividade da AEP, ainda que não ao seu favorecimento político. A União publicou sucessivamente os periódicos O Aduero (1918-1922), O Aduero do Sul (1922) e O Aduero de Portugal (1925-1927). Reclamando-se - como as suas congéneres - do pensamento de Baden-Powell, a UAP procurava sublinhar a adaptação por si feita do “scouting” ao caso português, “atendendo-se aos caracteres étnicos da raça” e “às belas

¹⁶ Novos Estatutos da Associação dos Escoteiros de Portugal, aprovados pelo Decreto nº 9158 de 2 de Outubro de 1923, com as alterações constantes do Decreto nº 11199 de 29 de Outubro de 1925. Lisboa, Edição da Secretaria Geral, 1925, p.4.

¹⁷ LEMOS, A. V. O escutismo na educação. Coimbra, Minerva Central, 1926, p.47.

¹⁸ Novos Estatutos da Associação dos Escoteiros de Portugal..., p.6.

tradições dum passado brilhantíssimo”.¹⁹ As designações “adueiro” e “aduarismo”, em vez de “escoteiro” e “escotismo”, surgem, de resto, como expressão dessa busca de alguma originalidade. Para além disso, são especificidades suas a adopção de um discurso vincadamente patriótico e a assunção clara do modelo de preparação militar. Significativamente, a maioria dos seus dirigentes eram militares. Com sede no Porto, a sua área de influência era predominantemente o Norte do país. Acabou por desaparecer no início dos anos 30 (e.g. VICENTE, 2004).

Depois de uma primeira tentativa de criação, em 1923, de uma organização escutista católica - bloqueada na sequência de um debate parlamentar, por via da sua confessionalidade expressa -, o Corpo Nacional de Scouts (CNS), mais tarde Corpo Nacional de Escutas, acabou por ser criado e reconhecido oficialmente em 1925, extirpadas que foram do nome e dos estatutos - que não das suas publicações subsequentes - as referências mais óbvias ao catolicismo. Com sede em Braga, o movimento teve, nos primeiros tempos, como seu principal impulsionador, Monsenhor António Avelino Gonçalves (e.g. VICENTE, 2004). O seu órgão – A Flor de Liz - começou a ser publicado ainda em 1925. A principal actividade realizada nesse mesmo ano foi a participação na peregrinação internacional dos escuteiros, que teve por destino Roma. O catolicismo e o patriotismo expressos pelo movimento assumem uma feição conservadora, em consonância com os novos tempos que se seguirão ao golpe militar de 28 de Maio de 1926 e que conduzirão à institucionalização, no início da década de 30, do Estado Novo salazarista.

¹⁹ BASTO, A. C. B. “A razão dum nome”, O Aduero, n.1, Julho 1918, p.3.

As divergências entre as três organizações tinham por base, principalmente, temas como a adaptação (mais ou menos fiel) do “scouting” ao caso português, o favorecimento oficial de uma das instituições (a AEP), o eventual militarismo de outra (a UAP) ou a confessionalidade de uma terceira (o CNS). Apesar da rivalidade visível nas respectivas publicações, vamos encontrar, em particular nos anos 20, algumas tentativas de aproximação, geralmente da iniciativa da AEP e, em particular, do seu principal dirigente entre 1919 e 1931, Alfredo Tovar de Lemos, para quem era “de toda a necessidade e oportunidade aproximar todos aqueles que pelo Scouting se interessam (que são tão poucos) e, unificando pontos de vista, justificar o melhor proceder”.²⁰ Em 1924 a Associação de Escoteiros de Portugal lançou a ideia da realização do “I Congresso Nacional de Scouting”. Apesar da posição favorável das restantes organizações, estas acabaram por não confirmar a sua presença. Em face do malogro desta primeira tentativa de aproximação, o evento acabou por ter lugar (restrito à AEP) nos dias 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1925, na Câmara Municipal de Lisboa, como “I Conferência Nacional do Escutismo”, tendo sido presidido por João de Barros, ao tempo ministro da República.

Em Março de 1928, já em plena Ditadura Militar, realizaram-se em Lisboa reuniões entre dirigentes da AEP e do CNS, as quais conduziram à assinatura de um Pacto sobre a criação da Federação Escutista de Portugal. Apesar de ter estado ausente da reunião, a UAP deu o seu acordo de princípio ao Pacto. O projecto não teve, no entanto, continuidade. Um ano mais tarde, em Março de 1929 – aquando da passagem de Baden-Powell por Lisboa – encontramos de novo as três organizações unidas na recepção ao fundador e figura

²⁰ “O que sobre o Congresso pensa o Sr. Dr. Tovar de Lemos. Comissário Nacional da A.E.P”, O Escoteiro, n.9, Agosto - Setembro 1924, p.3.

carismática do escutismo. No entanto, o projecto federativo, que não chegou a ser consensual no interior da própria AEP, nunca se conseguirá concretizar.

Regressando à fase inicial do escutismo em Portugal, os progressos do movimento – olhando para o exemplo da AEP – vão ser lentos. Na opinião de Álvaro de Melo Machado, um dos pioneiros, expressa em 1917, “a obra realizada é menos do que modesta, é quase desanimador ... Em Portugal e suas colónias não contaremos trezentos escuteiros! É um resultado mínimo”.²¹

O panorama pouco muda até 1923. Em artigo de Alfredo Tovar de Lemos são apresentados dados de um censo internacional de escuteiros que atribui a Portugal o número de 359 membros, o que leva o então dirigente a desabafar: “De entre 30 nações, algumas de recente fundação, Portugal ocupa no escutismo o último lugar!! É triste”.²² A partir daí reconhecem-se progressos mais rápidos. Álvaro Viana de Lemos refere, tendo por base o censo de 1925 da AEP, a existência de cerca de 1100 escuteiros pertencentes a esta organização. Segundo os dados de uma investigação recente, existiriam, em 1926, entre 480 e 900 adueiros. O CNS, que teve um crescimento bem mais acelerado, já contaria em 1925, ano do seu reconhecimento oficial, com 1200 membros (e.g. VICENTE, 2004).

A introdução do escutismo em Portugal, designadamente no seio escolar, não foi pacífica. Já tivemos oportunidade de acompanhar, noutros contextos, o intenso debate desenvolvido, entre 1913 e 1914, no interior da Sociedade de Estudos Pedagógicos – agremiação que juntava os principais educadores do período republicano – e do seu órgão - a Revista de Educação Geral e Técnica – sobre o escutismo (e.g. PINTASSILGO, 1998; 2007). Os educadores que se

²¹ MACHADO, A. M. “O Escutismo em Portugal”, O Escoteiro, n.12, Julho 1917, p.2.

²² LEMOS, A. T. “O Pow-Wow do Chefe. O 10º aniversário da Associação dos Escoteiros de Portugal”, O Escoteiro, Setembro 1923, p.26.

manifestavam a favor do movimento enfatizavam as suas virtualidades morais e cívicas e a sua eficácia educativa. As opiniões desfavoráveis criticavam, em particular, o “juramento de honra” feito por crianças, as eventuais tendências militaristas, a exibição de exterioridades (como as fardas) e o culto da obediência.

O tema do militarismo é, mesmo, um dos mais debatidos, até pela confusão que se estabelece inicialmente entre os batalhões escolares, fomentados pela República no âmbito da chamada Instrução Militar Preparatória, e os grupos de escuteiros. Além disso, a UAP assume esse militarismo quando, através do seu órgão, proclama a “necessidade de preparação militar da mocidade, em face da índole da organização do exército”,²³ a qual passaria por ministrar, no âmbito dos seus grupos, “a instrução tática de infantaria”.²⁴ A AEP, por seu lado, reafirma constantemente que “não tem um carácter militarista”²⁵ e considera não ter o escutismo por finalidade “instruir os rapazes para soldados”,²⁶ antes formar o seu “carácter”, preparando-os para serem “bons cidadãos” (eventualmente, no futuro, se necessário, “bons soldados”).²⁷

Foi esta posição, conducente à separação entre preparação militar e escutismo, que se tornou, no caso português, a posição maioritária, tanto no seio do movimento escutista como no interior do campo pedagógico. Os já referenciados debates no interior da Sociedade de Estudos Pedagógicos dão conta das frequentes intervenções contrárias à militarização da juventude, tendo por base argumentos que combinam o anti-chauvinismo, o anti-militarismo e o pacifismo com razões especificamente pedagógicas, como, por

²³ BASTO, A. C. B. “A razão dum nome”, O Aduero, n.1, Julho 1918, p.3.

²⁴ “Instrução tática”, O Aduero, n.2, Agosto 1918, p.18.

²⁵ “O escutismo entre as classes trabalhadoras”, O Escoteiro, n.8, Julho 1916, p.2.

²⁶ MACHADO, A. M. “A brincar”, O Escoteiro, n.9, Agosto 1916, p.2.

²⁷ “O escutismo em face da educação militar”, O Escoteiro, n.1, Maio 1925, pp.3-4.

exemplo, a crítica de uma disciplina imposta ou a defesa do respeito pela criança (e.g. PINTASSILGO, 1998; 2007). É o caso de F. Pinto de Miranda que, em artigo dedicado à educação física na escola primária, conclui o seguinte: “Batalhões escolares, ensino de tática abstracta de companhia ou regimento, tiro reduzido, são coisas fora de propósito na escola”.²⁸

A partir de 1915, os artigos publicados na imprensa pedagógica dão conta de um maior consenso entre os educadores acerca do escutismo, desde que afastado da preparação militar. Alguns educadores e professores chegam a publicar livros sobre o movimento, como são os casos de António Augusto Martins e Álvaro Viana de Lemos (e.g. MARTINS; 1925; LEMOS, 1926). Este último, em artigo publicado em 1924 na Revista Escolar, considera estar a fazer o escutismo “uma excelente obra educativa”.²⁹

Para muitos educadores o projecto educativo consubstanciado no escutismo surgia como a resposta adequada a um contexto que, segundo um dos principais lugares-comuns da época, era caracterizado por uma profunda decadência, em particular no que se refere à juventude. Segundo um dos articulistas, “a descrença paira sobre a sociedade portuguesa”, pelo que se torna necessário “um estremeção forte nesta sociedade narcotizada”.³⁰ Num artigo em que se faz apelo à difusão do escutismo entre as classes trabalhadoras, identificam-se dois dos principais vícios da juventude – o fumar e o beber – e exorcizam-se as tabernas como lugar por excelência de perdição,

²⁸ MIRANDA, F. P. “A educação física na escola primária”, Revista de Educação Geral e Técnica, n.3, Janeiro 1912, p.21.

²⁹ LEMOS, A. V. “O Escotismo”, Revista Escolar, n.2, Fevereiro 1924, p.49.

³⁰ “Enfim”, O Escoteiro, n.12, Julho 1917, p.1.

realçando-se o facto seguinte: “o escuteiro é educado na abstinência do tabaco e do vinho”.³¹

O escutismo surge, pois, como um vasto projecto de “regeneração” e de moralização” da juventude portuguesa.³² No número inicial do órgão da AEP o seu primeiro director – Sá Oliveira – apresenta o hipotético exemplo de um rapaz que, desde que se tornou escuteiro, “sente-se outro: mais forte de corpo e espírito, mais bondoso, mais útil, mais patriota”, aproveitando para concluir: “Foi o escutismo que o aperfeiçoou, que lhe deu a energia moral”.³³ O mito do “homem novo” surge-nos, pois, como um elemento central da doutrinação do movimento. Segundo um dos articulistas, “o escoteiro, praticando a sua lei, é um ser perfeito, é um homem perfeito, é um cidadão modelar”.³⁴

Quais são, no âmbito desse projecto de “regeneração”, as finalidades do escutismo? O articulista Hermínio apresenta-o como sendo “um método de educação física, intelectual e principalmente moral que tem por fim incutir na mocidade a veneração pela Pátria, o culto da honra e do carácter, o amor pelo trabalho e o respeito pelas leis e pelas crenças e opiniões dos outros”.³⁵ Esta formulação remete-nos para o ideal de educação integral que caracteriza o pensamento pedagógico renovador de então. A prevalência atribuída à educação moral dá bem conta do paralelismo existente – não obstante as estratégias diferenciadas - entre o projecto republicano de formação de cidadãos e o projecto de regeneração moral dos jovens portugueses assumido pelo escutismo, explicando a consonância existente entre o poder político republicano e a AEP. Pretende-se promover a revolução nas consciências a

³¹ “O Escutismo entre as classes trabalhadoras”, O Escoteiro, n.8, Julho 1916, p.2.

³² MACHADO, A. M. “O Escutismo em Portugal”, O Escoteiro, n.12, Julho 1917, pp.3-4.

³³ OLIVEIRA, A. S. “Pela minha honra”. O Escoteiro, n.1, Novembro 1915, p.1.

³⁴ “O hábito não faz o monge”, O Escoteiro, n.1, Novembro 1915, p.3.

³⁵ HERMÍNIO. “Diálogo”, O Escoteiro, n.4, Março 1916, p.2.

partir da elaboração de uma moral alternativa à moral tradicional de inspiração católica, moral essa marcada por um grande rigor e exigência, em que merecem ênfase valores e atitudes como a honradez, a justiça, a iniciativa, a tenacidade, o espírito de solidariedade, a disciplina, etc.

A par da educação moral, a educação física conhece, igualmente, uma grande valorização no âmbito do projecto escutista. De acordo com Alexandre Borges, “um dos fins do escutismo é o robustecimento físico da mocidade”.³⁶ Para o autor, a educação física – “que é completa e muito vasta” - não é uma actividade isolada - diferenciando-se, assim, de uma aula de ginástica -, desenvolve-se a par dos ensinamentos morais e intelectuais, realiza-se ao “ar livre”, dispensando “o ginásio e os aparelhos”, e visa fazer dos escuteiros jovens saudáveis, robustos, vigorosos. O já referido projecto de “regeneração” passa, como vemos, por um fortalecimento físico no âmbito do qual a higiene desempenha um papel central, acompanhando o movimento higienista, pujante nas primeiras décadas do século XX, bem como a intervenção do discurso médico no terreno da pedagogia. O controlo do corpo dos jovens – em grande medida passando pelo auto-controlo –, no sentido da obtenção de um corpo perfeito e de uma forma física invejáveis são finalidades expressas do projecto escutista, até porque as suas implicações para a formação da alma dos jovens parecem inquestionáveis.

Em íntima relação com este tema encontra-se o relativo à importância atribuída à natureza. Em artigo exactamente dedicado à “vida ao ar livre”, Dinis Curson constata o seguinte: “A vida ao ar livre, em contacto com a natureza, eis a grande força educativa do escutismo, a verdadeira alma da instituição”.³⁷ Esta

³⁶ BORGES, A. “A educação física do Escuteiro”, O Escoteiro, n.10, Setembro 1916, p.1.

³⁷ CURSON, D.. “Notas para chefes. Vida ao ar livre”, O Escoteiro, n.4, Janeiro – Fevereiro 1927, p.3.

afirmação não peca certamente por exagero, sendo constantemente retomada. O acampamento surge, de resto, como uma espécie de “ex libris” do movimento. As vantagens reconhecidas pelo autor para a vida ao ar livre são as seguintes: a vida ao ar livre atrai os rapazes, o ar livre é um meio excepcionalmente saudável, a vida ao ar livre é uma escola de carácter, o acampamento torna possível e prática a organização de verdadeiras escolas de educação, a vida ao ar livre dá-nos motivos de beleza e de alegria. Outro articulista elogia “a acção vivificante da natureza, sempre jovem e bela” e considera o campo uma “escola de solidariedade”.³⁸

É visível, no discurso do escutismo, a preocupação de promover um verdadeiro culto à natureza, em paralelo com o que acontece em várias outras das manifestações da pedagogia cívica republicana ou da pedagogia das chamadas Escolas Novas. Para além da sua vertente estética, a natureza – descrita como “sempre jovem e bela” – surge como uma boa metáfora para representar a ideia de regeneração, tão cara, como já vimos, ao espírito do movimento. Do ponto de vista físico, ela desempenha uma clara função purificadora, redentora dos corpos, em contraponto à vida doentia das cidades. Este olhar não deixa de assumir uma conotação utópica. O acampamento, erguido no campo pelos escuteiros, através do seu trabalho e colaboração, é como que uma antecipação do mundo novo. A reunião de todos, ao fim do dia, à volta da fogueira, representa o ponto alto dessa espécie de comunhão simbólica. A utopia escutista, na sua relação com o mito do “homem novo”, é claramente assumida por um dos articulistas quando considera ser o escutismo uma espécie de “sociedade vindoura em miniatura”, fazendo os escuteiros –

³⁸ “O campo”, O Escoteiro, n.2, Junho 1925, p.2.

por via da solidariedade e do amor à natureza - “lembrar os super-homens do século XXX”.³⁹

Algumas das ideias atrás salientadas remetem-nos para a proximidade existente entre algumas das práticas do escutismo e suas congéneres da Educação Nova. Não obstante a ambivalência de um e de outro dos movimentos, os textos analisados, assim como o percurso do escutismo e os actores envolvidos, parecem confirmar essa cumplicidade e as influências recíprocas. A referida proximidade é reconhecida, por exemplo, por Álvaro Viana de Lemos, ao retomar uma dicotomia bem característica do pensamento renovador: “O Escutismo está, pois, bem dentro da pedagogia moderna, nasceu, a bem dizer, da reacção contra o ensino puramente teórico e livresco dentro das paredes escolares e contra a instrução separada da educação”.⁴⁰

Tovar de Lemos, por seu lado, procura inserir o escutismo no percurso tendente à construção de uma pedagogia científica, tendo por base o contributo da psicologia e da pedologia e o conhecimento da criança nas várias fases do seu desenvolvimento, ao considerar o escutismo um “método educativo absolutamente estudado, tendo por base o conhecimento individual do rapaz e as suas características físicas e psicológicas, nas várias idades”.⁴¹

A preocupação de corresponder aos chamados interesses espontâneos da criança e do jovem é permanentemente reafirmada. Segundo Melo Machado, “no escutismo é a brincar que se ensina, é a brincar que se educa”.⁴² Joaquim Duarte Borrego subscreve essa ideia, acrescentando que os “processos de educação” do escutismo agradam aos rapazes “pela simples razão de que se

³⁹ “O escutismo entre as classes trabalhadoras”, O Escoteiro, n.8, Julho 1916, p.2.

⁴⁰ LEMOS, A.V. O escutismo na educação. Coimbra, Minerva Central, 1916, p.19.

⁴¹ LEMOS, A. T. “O nosso boletim”, O Escoteiro, Julho 1923, p.1.

⁴² MACHADO, A. M. “A brincar”, O Escoteiro, Junho 1916, p.2.

identificam com a sua maneira particular de ser”.⁴³ Alberto Lima Basto ilustra essa mesma ideia ao afirmar que os chefes dos grupos necessitam de ter “um grande poder de imaginação” para corresponder ao “espírito de aventura” que os rapazes têm dentro de si, fazendo intervir “90% de fantasia” nas actividades organizadas, como por exemplo jogos, concursos, representações e danças “em que numa forma mais agradável se encontrem os ensinamentos que pretendíamos ministrar”.⁴⁴

No final deste percurso, podemos tentar esboçar algumas reflexões comparativas. O escutismo conheceu um assinalável desenvolvimento, tanto em Portugal como no Brasil, entre os anos 10 e 20 do século XX, acompanhando a expansão internacional do movimento. Em ambos os casos, o escutismo surge como parte integrante de um amplo projecto de regeneração moral e social, tendo em vista a consecução do ideal de formação integral da juventude, com destaque para as dimensões moral e física, recorrendo a práticas educativas afins das do movimento da Escola Nova (métodos activos, culto da natureza, self-government, etc.), então igualmente em fase de expansão. São, no entanto, visíveis algumas importantes diferenças entre os dois contextos. Ao contrário do que sucedeu no Brasil, em Portugal o escutismo escolar - apesar de contar com a cumplicidade do poder republicano - não chegou propriamente a ser oficializado, surgindo os grupos a partir da iniciativa de alunos e professores. Isso explica, em parte, as diferentes dinâmicas observáveis na expansão do escutismo, bem mais intensiva no caso brasileiro. Por outro lado, se bem que a relação entre o escutismo e o

⁴³ BORREGO, J. D. “O escutismo e a educação militar”, O Escoteiro, Julho 1923, p.8.

⁴⁴ BASTO, A. L. “O poder da imaginação do escutismo”, O Escoteiro, Julho 1923, pp.5-6.

militarismo tenha sido polémica em ambos os casos – e vivamente debatida -, é notório que no Brasil se verifica, em alguns momentos, uma maior tendência para a militarização dos grupos. Em Portugal, escutismo e preparação militar mantêm-se, apesar de algumas tentativas de conjugação, relativamente distantes, em face da oposição de muitos dos actores do campo educativo. Globalmente, o escutismo, surgiu como um dos mais importantes movimentos de juventude do período considerado, combinando, de forma ambígua mas bem sucedida, actividades modernas e valores tradicionais, nacionalismo e internacionalismo, e fomentando, por via de rituais, símbolos e práticas diversificadas, um forte sentimento de pertença a um grande movimento, tendo em vista a formação de jovens fortes, saudáveis, solidários e de carácter irrepreensível (Proctor, 2002). O programa educativo do escutismo tinha, subjacentes a si, óbvias finalidades de “regulação moral” (Hunt, 1999). A governação dos sujeitos jovens passava, como em outros projectos da modernidade escolar, pela concretização de práticas de auto-controlo, de auto-disciplina e de governo de si mesmo, através das quais os escuteiros se transformavam no cidadão ideal da sociedade futura.

Referências:

AZEVEDO, Fernando de (1957). *A Educação na Encruzilhada*. São Paulo, Melhoramentos (2ª ed.), p.63.

HUNT, Alan (1999). *Governing morals. A social history of moral regulation*. Cambridge, Cambridge University Press.

LACOMBE, Victor e Lacombe, Américo (1997). “O escotismo e a unidade nacional”. In COSTA, Maria José F. F. e outros (orgs). *I Conferência Nacional de Educação*. Curitiba, 1927.

LEMOS, Álvaro Viana de (1926). *O escutismo na educação*. Coimbra, Minerva Central.

LEVI-MOREIRA, Sílvia (1988). *São Paulo na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense.

MARTINS, António Augusto (1925). Manual do escoteiro escolar. Porto, Livraria Escolar Progredior.

MENDES, Amadeu (1929). Relatório: apresentado ao Exmo Sr. Dr. Fábio de Sá Barreto (1927-28). São Paulo, Irmãos Ferraz.

NAGLE, Jorge (1976). Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo, EPU .

NERY, Ana Clara Bortoleto (1999). A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931) (Tese de Doutorado em Educação). São Paulo, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

NÓVOA, António (2001)...

PINTASSILGO, Joaquim (1998). República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa. Lisboa, Edições Colibri.

PINTASSILGO, Joaquim (2007). "A Revista de Educação Geral e Técnica no contexto do Portugal republicano. Debate sobre a educação moral e cívica". In SCHELBAUER, Analete Regina & ARAÚJO, José Carlos Souza (orgs). História da Educação pela Imprensa. Campinas – SP, Editora Alínea.

PROCTOR, Tammy (2002). On my honour. Guides and scouts in interwar Britain. Philadelphia, American Philosophical Society.

SOUZA, Rosa F. de (2000). "A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira". In Cadernos CEDES, ano XX, n. 52.

VICENTE, Ana Cláudia (2004). A introdução do escutismo em Portugal. 1911-1942 (Dissertação de Mestrado e História Social Contemporânea). Lisboa, ISCTE.